

CARLOS AFFONSO SOUZA
RONALDO LEMOS
CELINA BOTTINO

MARCO CIVIL DA INTERNET

Jurisprudência comentada

■ AUTORES

Chiara Spadaccini de Teffé, Mario Viola, Gabriel Itagiba,
Beatriz Laus Marinho Nunes e Vinicius Jóras Padrão

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

MARCO CIVIL DA INTERNET: JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

Coordenadores

CARLOS AFFONSO SOUZA, RONALDO LEMOS E CELINA BOTTINO

Autores

CHIARA SPADACCINI DE TEFFÉ, MARIO VIOLA, GABRIEL ITAGIBA,
BEATRIZ LAUS MARINHO NUNES E VINICIUS JÓRAS PADRÃO



© desta edição [2018]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613-8400 – Fax 11 3613-8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT

(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)

Tel. 0800-702-2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil [12-2017]

Profissional

Fechamento desta edição [11.11.2017]

1115090



ISBN 978-85-203-7201-2

SUMÁRIO

AUTORES	9
INTRODUÇÃO.....	15
1. PRIVACIDADE E DADOS PESSOAIS.....	19
1. Introdução: privacidade e dados pessoais.....	19
2. Dados pessoais	20
2.1. O que são dados pessoais?.....	20
2.2. Dados cadastrais: delimitação e requerimentos de acesso por autoridade administrativa	21
2.2.1. Acesso por meio de ordem judicial requerida por particulares...	22
2.2.2. Necessidade de ordem judicial.....	23
2.3. Exclusão de dados pessoais.....	33
2.4. Consentimento, transferência de dados e requerimento para investigação criminal	34
3. Aspectos processuais da proteção de dados pessoais no Marco Civil da Internet...	38
3.1. Sanções contidas no artigo 12 do Marco Civil da Internet.....	38
3.2. Sucumbência e requisição de dados por ordem judicial	39
4. Guarda de registros de conexão e de acesso a aplicações.....	42
4.1. Noções básicas de registros de conexão e de registros de acesso a aplicações de Internet.....	42
4.2. Tempo de guarda	44
4.3. (In)existência de dever de guarda para dados cadastrais	47
5. Considerações finais	48
2. BLOQUEIO DE APLICAÇÕES.....	51
1. Introdução: contornos de uma medida extrema.....	51
2. Formas de bloqueio.....	53
2.1. Interferências diretas na infraestrutura da Rede.....	54

2.2.	Indisponibilização de aplicativos em lojas on-line.....	56
3.	Fundamentos para o bloqueio	62
3.1.	Poder geral de cautela do magistrado	62
3.2.	Interpretação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014).....	67
3.2.1.	A não aplicação do art. 12 no caso de descumprimento de ordem judicial	69
3.2.2.	As sanções previstas pelo art. 12 do Marco Civil da Internet...	71
3.2.3.	As transformações tecnológicas e o princípio da livre-iniciativa	73
3.3.	Legislação eleitoral	75
4.	O aplicativo <i>WhatsApp</i>	81
4.1.	A criptografia de ponta a ponta	83
4.2.	Ordens de bloqueio	84
4.3.	Considerações sobre o bloqueio do aplicativo <i>WhatsApp</i>	91
5.	Conclusão.....	93
3.	RESPONSABILIDADE CIVIL DE PROVEDORES	95
1.	Introdução: os provedores de conexão e de aplicações	95
2.	Provedores de conexões: a sua (não) responsabilidade por ato de terceiros e outras questões	97
2.1.	A responsabilidade do provedor de conexão por ato próprio.....	99
2.2.	O oferecimento de conexão por wi-fi: classificação e responsabilidade...	99
3.	A responsabilidade civil do provedor de aplicações de Internet por conteúdo de terceiro	106
3.1.	O regime subjetivo de responsabilidade civil do provedor de aplicações de Internet por ato de terceiro: seleção de casos em Tribunais Estaduais...	120
3.2.	Prazo para a remoção do conteúdo.....	127
3.3.	Identificação clara e específica do conteúdo	130
4.	A responsabilidade civil por uso indevido de conteúdo protegido por direitos autorais.....	134
4.1.	Remoção de conteúdo de terceiro protegido por direito autoral: mecanismo de notificação e retirada.....	135
4.2.	Análise do caso Botelho versus Google: Recurso Especial 1.512.647/MG ...	136

4.3. O regime de responsabilidade civil por violações a direitos autorais: seleção de casos	139
4.4. Necessidade de indicação precisa do endereço eletrônico para a remoção do conteúdo	142
4.5. Prazo para remoção	143
5. Violação de direito marcário e aplicabilidade do Marco Civil da Internet	143
6. Responsabilidade civil do provedor de aplicações de Internet por imagens contendo cenas de nudez ou atos sexuais de caráter privado.....	144
7. Responsabilidade civil do provedor de pesquisa	152
CONCLUSÃO.....	165
BIBLIOGRAFIA.....	167